

“ASSIM, POR SOLIDARIEDADE”
MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE A DITADURA MILITAR (1964-1985)

DIANE VALDEZ

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

KEIDES BATISTA VICENTE

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Inhumas, Goiás, Brasil

RESUMO: Este artigo apresenta um debate que visibiliza o período da ditadura militar em um recorte que prioriza a participação, e efetivação, de práticas militantes de mulheres nesse período. Optamos por trazer as memórias nas vozes de duas mulheres militantes, que vivem em Goiás, e que nos autorizaram alçá-las como protagonistas, problematizando os espaços de solidariedades presentes, ao meio da violência imposta pelos algozes da ditadura militar. Na distância do tempo que separa o vivido e o narrado, priorizamos as memórias das resistências em formato de sensibilidades, solidariedades, ajudas e apoios em experiências vividas de um tempo escuro. São caminhos que, como aponta o tema, se construíram “assim... por solidariedade.” Ao revisitarmos essas memórias no presente, ainda que haja esquecimentos, e silenciamentos, da história oficializada, elas foram protagonistas de resistências e de redes solidárias construídas para garantir vidas e a continuidade da luta.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Memórias, Mulheres Militantes; Resistências; Solidariedades.

INTRODUÇÃO

Ao completar sessenta anos do golpe da ditadura militar e trinta e nove anos do final desse infausto período no Brasil, apresentamos este artigo com o recorte de um tema que consideramos primordial avizinhar-se: mulheres militantes em tempos de resistências e de solidariedades¹. Trata-se de analisar experiências de memórias individuais nas particularidades de duas mulheres militantes, problematizando a dinâmica empregada pelo Estado ditatorial para cercear, violentar, desmerecer a militância e a condição política do ser feminino.

São redes que vamos reconhecer, e confrontar, por meio das vozes do passado, no presente, da então estudante goiana de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás (UFG), L. N. A., e da estudante mineira do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), W. N. L.² Neste texto, registraremos as iniciais dos nomes reais, com suas autorizações, e acompanhamento do Comitê de Ética da UFG. Elas ocuparam diferentes frentes, movimentos, organizações, seja no interior das universidades citadas, como em outros espaços sociais de enfrentamentos à repressão.

No recorte histórico do golpe de 1964, pouco se considerou acerca dos fluxos imensamente vivos, e sentidos, por diferentes mulheres, cuja boa parte das atuações ainda permanecem silenciadas e negligenciadas na historiografia tradicional. Buscamos

as particularidades de testemunhos acerca desse protagonismo exercido em espaços comuns, sobretudo, nas universidades. Mesmo sem desconsiderar outros ambientes, vale destacar que a atuação das entrevistadas possui características específicas, proporcionadas pelos grupos a que elas estavam vinculadas. De acordo com Keides Batista Vicente³ (2019), a construção da memória feminina como resistência ao silêncio e ao esquecimento, na história da ditadura militar no Brasil, foi construída com referência nas condições culturais patriarcais, atualizadas pela ciência, pela história e pela compreensão de direitos. A mesma autora defendeu que:

Pensar a memória feminina sobre a ditadura militar é também pensar as construções sociais de gênero feminino, mas principalmente masculino. Isso porque as relações que permeiam o espaço militar são mediadas por construções de gênero heteroformativo, isto é, são espaços historicamente de homens. Desse modo, o processo de prisão e de tortura ao qual as mulheres são expostas é determinado também por conceitos de diferenciação de gênero e, conseqüentemente, de imposição de poder (Vicente, 2019, p. 99).

É possível compreender a militância de mulheres nos espaços em que atuavam a partir de especificidades de poder que se somam à exposição dos corpos femininos, utilizados como mecanismo de repressão por representantes do Estado repressivo na busca de informações. O uso de torturas físicas e psicológicas, praticadas em homens, distingue-se das torturas aplicadas às mulheres, pois, para Maria Claudia B. Ribeiro (2014, p. 43), as formas de resistências produziram graus de autogestão:

Muitas vezes essas resistências individuais da cotidianidade persistiram por largos períodos, encontrando novas válvulas de escape na luta contra a repressão. Foi uma oportunidade que mulheres encontraram para se opor aos militares, fazendo parte de movimentos pessoais dispersos, solidários e silenciosos que, ao serem conhecidos, permitem compreender a riqueza e a complexidade que representaram.

A oposição realizada por mulheres, seja individual ou coletiva, longe de ser simples, constituiu-se em tática valiosa para manter a vida. De acordo com Maria Claudia Badan Ribeiro (2014), nesse tempo nebuloso, a dor pessoal perdeu sua função social e se transformou em um sistema exclusivo de punições. Ao revisitar a militância em diversas paragens, as memórias femininas enfatizaram momentos únicos de solidariedades variadas, destacando-as como vitais para resistir e persistir na luta. Nas formas enfrentadas por elas, sejam políticas, familiares, nas clandestinidades, nos presídios, nos exílios, dentre outros, apesar das situações de intranquilidades e medos, estavam postas relações de apoios e outras feições que funcionaram como mediadoras da vida e da morte.

Em meio à repressão, à violência reproduzidas por algozes militares, havia aproximações de alívios, de confortos, como formas de proteção individual, e de grupo. Segundo Athaysi Colaço Gomes (2021, p. 03), essas condutas não eram efetivadas isoladamente. Eram pautas de diversos coletivos e partidos políticos: “A solidariedade, assim como a maioria das emoções, é experimentada de modo relativo, pois é preciso uma interdependência entre as pessoas envolvidas afetivamente”.

Propomos, neste texto, falar de mulheres e de características que as definem com todas as contradições de nosso gênero: sororidade, solidariedade, ajudas, apoios, parcerias, companheirismos, cumplicidades, proteções, defesas e outros argumentos que não cabem no singular, são plurais, são reais e necessários. O recorte é o golpe militar de 1964, no entanto, apreciamos suas vidas antes, durante e depois, pois a história não é linear, nem isenta de contradições, é plena de desatenções e lacunas quando se trata de história de mulheres. Em tempos que pareciam não caber nada além de violências, havia resistências e humanidades.

Os lugares de militâncias: vermelho é o batom e as cores das resistências

[...] a rede de afeto criada entre as mulheres ali presas foi o exemplo de resistência coletiva e sororidade. [...] Num dos primeiros encontros que tive com essas mulheres, elas falaram muito da alegria como forma de resistência. Até mesmo a vaidade e o autocuidado também eram vistos como forma de resistência. Elas diziam ‘o inimigo quer a ver gente triste e destruída. A gente não pode se mostrar dessa forma. Pode parecer uma coisa superficial, mas para elas era um momento de força. Elas cuidavam umas das outras (Suzanna Lira, 2019).

“Elas cuidavam umas das outras”, essa frase, registrada na epígrafe acima, e dita por Suzanna Lira, cineasta do documentário *Torre das donzelas* (2018), ressaltou que não imaginava existir práticas de alegria em meio às dores sofridas por mulheres militantes, detidas no Presídio Tiradentes nos anos setenta em São Paulo. O documentário feito após quarenta anos do período de repressão, descortinou, junto a outras pesquisas acadêmicas, histórias de possantes resistências que renovavam as forças da luta de jovens mulheres enclausuradas nos porões da repressão. Elas, magras, abatidas, doentes, humilhadas, deparavam com outros sentidos, de acolhimentos produzidos em momentos de extrema violência.

Costuraram redes de afetos e recorreram a cuidados como forma de resistência coletiva. Exercitaram a criatividade, estabelecendo fortalecimentos: praticavam esportes, leituras coletivas, faziam desfiles, artesanatos, cuidavam da vaidade, davam aulas umas para as outras, dançavam, faziam carnaval, ouviam música, praticavam o bom humor, cuidavam da comida, brincavam com seus defeitos, inventavam apelidos etc. Fizeram, do espaço inimigo, construções que dificultaram a derrota e intensificaram a força revolucionária, não como aceitação ou uma espécie de arrependimento, mas com a certeza de lutar pelo lado certo da história.

Suzanna Lira (2018) enfatizou a diferença entre as ações de militantes masculinos em relação aos femininos no que se refere ao tempo da ditadura. Segundo a autora, as organizações, partidos, a opção pela não resistência às torturas, que forçava a

delação, e outras diferenças motivavam disputas, brigas, críticas entre esses dois grupos, e isso os dispersavam. As mulheres encarceradas, ao contrário, praticavam o exercício da sororidade, a chave de superação e de resistência na luta pela democracia, inclusive no presente. Elas exerceram, e ainda exercem, lugares públicos, de presidenta da República, de ministras, de professoras universitárias, de lideranças e vanguardas. Elas lutaram pela democracia e seguem lutando, pois consideram a justiça a liberdade plena inegociável. É nessa esteira de protagonismos que se encontram as mulheres militantes de Goiás, com todas as subjetividades consideradas.

Destacamos suas vinculações aos grupos que militavam, para, em seguida, analisarmos as relações de amparos construídas no cotidiano de seus ativismos. As militâncias tecidas pelas memórias dessas mulheres são construídas a partir de relações físicas em que a percepção sobre o corpo nas estruturas impostas é fundamental na articulação do lembrar. Vamos situar, ainda que de forma sucinta, as características das organizações de suas atuações no período repressivo para avançar no debate proposto.

L. N. A. (2013) vivenciou atuações no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), partido político criado no Brasil em 1922. Seu companheiro, W. A. A., militante do PCB, noticiário da Rádio Universitária, foi sequestrado e preso na sala da Assessoria de Imprensa da UFG, prédio da Reitoria, na Praça Universitária. Logo depois, encarcerado em Goiânia no ano de 1972. A respeito de sua vinculação partidária, ela registrou:

Sabia que, no Partidão, a filosofia era de conscientizar e organizar os trabalhadores e cidadãos em geral, para uma transformação gradual, resgatando a democracia no país e aprofundando-a, rumo ao socialismo e posteriormente ao comunismo (L.N.A., 2013, p. 100).

Segundo Ridenti (1993), no início da década de 1960, o PCB atuava expressivamente no cenário político brasileiro, contando com grande número de adesões de militantes, pois suas concepções entusiasmaram a juventude a se agregar na luta política sindical. Com o golpe militar, o Partido sofreu sistemáticas repressões que o levou, mais uma vez, a atuar na clandestinidade, assim como outros partidos políticos, organizações e movimentos sociais. No início da década de 1960, de acordo com o referido autor (1993), no espaço de atuação das esquerdas, duas correntes surgiram como opção à concepção política do PCB: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP ou ORM-PO), que propunha a luta armada revolucionária pelo socialismo e contestava as ideias pacifistas, e reformistas do PCB de 1961, e a Ação Popular (AP), de 1962, da qual falaremos posteriormente.

A Ação Popular (AP) iniciou suas atividades como uma organização independente, atuando, principalmente, no movimento estudantil, ocupando a frente da diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE) durante muito tempo. A constituição da AP, como movimento político independente, surgiu vinculada à igreja no interior da Juventude Universitária Católica (JUC), entidade que atuou nos anos de 1950 e 1960, defendendo uma alternativa política não capitalista nem comunista. Segundo Ridenti (1993, p. 26), a inspiração da organização baseava em um “[...] humanismo cristão mesclado com influência Revolucionária Cubana, ainda que já tivesse desatado seus vínculos orgânicos com a JUC”.

Foi na Ação Libertadora Nacional (ALN), criada em 1968 pelos dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB): Carlos Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva, que W. N. L. atuava. Conforme registrou Ridenti (1993), a ALN era uma organização política caracterizada pela luta armada por meio da guerrilha urbana. O número de grupos partidários da luta armada que atuava nos grandes centros urbanos cresceu no final dos anos sessenta, juntamente com a intensificação da repressão policial, sobretudo, após o sequestro histórico do embaixador dos Estados Unidos da América no Brasil, Charles Burke Elbrick, no ano de 1969.⁴ A militância de W. N. L. na ALN foi assim definida por ela (2017): “Tinha os da ALN mais ligados aos trabalhos de base e os da ALN mais ligados à luta armada. Eu era da ALN de conversa não me adaptei a uma luta armada, de ação armada.”

Com base nos relatos sobre a vinculação aos grupos organizados, que não eram homogêneos, temos parte da compreensão sobre os interesses e concepções ideológicas de articulações das militantes entrevistadas. Os grupos, partidos e movimentos citados constituíram atividades políticas que confrontaram a ditadura militar e tiveram ampla repercussão nacional. Nesse contexto, homens e mulheres viveram na clandestinidade, sofreram perseguições, prisões, torturas, exílio, foram assassinadas/os e desaparecidos/as.

Muitas mulheres iniciaram suas militâncias políticas nas universidades, em especial, nos movimentos estudantis, um espaço de formação de lideranças de grupos diversos e de distintas representações partidárias. Era no contexto universitário, lugar pleno de debates, estudos e movimentação de ideias, que as duas mulheres já citadas se encontravam. Naquele cenário, o chão de universidades públicas, espaço enalçado por algozes da ditadura, tonara-se um lugar perigoso para exercer a solidariedade, conforme registrou Athaysi Colaço Gomes (2021, p. 05):

Durante a ditadura militar brasileira, a intervenção nas universidades e a perseguição a professores e alunos foi indiscriminada, **portanto, um ato de solidariedade** praticado em defesa dos sujeitos perseguidos poderia **significar desde a prisão até a morte**, passando por torturas e outras degradações. Diante de tamanhas ameaças, **a solidariedade representou também uma forma de resistência e de subversão** aos desmandos autoritários. **Ser solidário, muitas vezes, significou ser rebelde.** (Grifos nossos)

No espaço universitário, a rebeldia era necessária, um lugar de vigilâncias aprimoradas, onde as militâncias eram vistas como provocações e ameaças para qualquer governo ditatorial. Não foi coincidência a intervenção dos militares nas universidades públicas logo após o golpe. Não só manipularam as eleições diretas como invadiram, demitiram, perseguiram docentes e discentes. Inseriram delatores/as, enalçaram movimentos estudantis e outros atos de tentativas de controle. A efervescência da universidade, antes do golpe militar, determinou a perseguição e ações de violências contra essa instituição, que foi largamente afrontada durante a ditadura militar. A universidade, em seu sentido de universo, de socialização de conhecimento e de intervenção da realidade, foi lugar de homens e de mulheres que não se silenciaram e não deram trégua para a repressão. Lugar de atuações femininas, em um espaço que foi, até então, predominantemente, masculino.

Mulheres militantes romperam com as normas impostas ao mundo feminino para além de acompanhar seus companheiros, argumento usado para desmerecer a militância feminina. Agiram impulsionadas por outros movimentos. Sobre esses atos de resistência, como bem registrou Maria Claudia Badan Ribeiro (2014, p. 249), "[...] a luta política se somou, assim, à luta de liberação feminina e a ideia da revolução colocou em xeque, não sem dificuldade, o quadro de pensamento da época e o modelo que em geral se aceitava na sociedade".

Não silenciar as ações femininas é fundamental para compreender a continuidade de uma série de atividades revolucionárias nos enfrentamentos pela democracia, seja nas universidades, como no interior das organizações sociais. Falar sobre esse tema é estimular e fortalecer a memória sobre a ditadura militar, sobretudo, quanto à participação feminina na história do Brasil. Produzir conhecimento sobre isso é combater o esquecimento, prática essa que já é tão proclamada pelo Estado brasileiro.

Memórias e as condições impostas ao gênero: narrar sobre si...

Nas relações hierárquicas de condições impostas ao gênero há, também, uma forma de compreender e narrar as experiências vivenciadas. Conforme apontou Joana M. Pedro (2017, p. 33-34), "[...] nas relações de gênero vigentes, as pessoas ocupam funções e têm tarefas diferentes, e isso configura uma ou outra forma de narrar suas trajetórias." Nos estudos sobre os períodos ditatoriais no Cone Sul, há uma preocupação teórica sobre as memórias construídas de formas específicas a partir da condição de gênero de pessoas envolvidas, principalmente por parte de militantes sujeitas às violências praticadas por representantes do Estado. Para Alejandra Oberti (2010), as pessoas envolvidas em processos históricos de violência viveram, de maneira dramática, os efeitos das políticas repressivas.

Nesse contexto, a memória das mulheres é fundamental para compreender esses períodos, pois nas particularidades dos corpos foram desenvolvidas não só as técnicas de repressão, mas também as relações de afetos e de sentimentos. Segundo Elizabeth Jelin, a memória sobre o passado é mediada pelas condições, pelas subjetividades de gênero. No entanto, homens e mulheres desenvolvem disposições diferentes em determinados campos sociais quando se fala de memória, isso porque

[...] as mulheres tendem a lembrar os acontecimentos com mais detalhes, enquanto os homens tendem a ser mais sintéticos nas suas narrativas; as **mulheres exprimem sentimentos**, enquanto os homens se relacionam mais frequentemente numa **lógica racional e política**; as mulheres fazem mais referências a **relações íntimas e personalizadas** - seja na família ou no ativismo político (Jelin, 2011, p. 563, tradução nossa).

As narrativas são detalhadas com sentimentos que perpassam espaços íntimos das relações e das agressões sofridas. Suas memórias sobre momentos de violência demonstram a preocupação com a narrativa de si e do coletivo, materializando o

cuidado, as fragilidades e os detalhes do passado vivido, carregado de sentimentos e emoções. Sobre isso, Elizabeth Jelin (2011, p. 564) acrescentou:

Além disso, no caso das memórias de repressão, muitas mulheres narram as suas memórias na chave mais tradicional **do papel da mulher, a de "viver para os outros", ligada a uma identidade centrada na assistência e nos cuidados aos outros que lhes são próximos, geralmente no quadro das relações familiares**. A ambiguidade da posição de sujeito ativo/companheiro ou de cuidador passivo pode então manifestar-se numa deslocação da sua própria identidade, querendo **"narrar o outro"**. Isto implica uma escolha de ser testemunha-observadora do protagonismo de um outro (uma criança detida-desaparecida, por exemplo), **negando ou silenciando o testemunho das suas próprias experiências** - embora, obviamente, estas "deslizem" para relatos aparentemente centrados na experiência de outros (Tradução nossa, grifos nossos).

O exposto evidencia a complexidade e a ambiguidade das narrativas femininas, a mulher, com seus papéis definidos pela sociedade patriarcal, sobretudo a função imposta de cuidar de outras pessoas, nem sempre se vê como protagonista. Isso concretiza a preocupação não só no narrar, como também no preocupar e cuidar de outras. Para Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro e Janine Gomes da Silva (2017, p. 56), as memórias das mulheres que participaram de movimentos de resistências às ditaduras no Cone Sul, na segunda metade do século XX, são fortemente marcadas por configurações de gênero. Possuem características, ou marcas, nas quais o gênero tem um papel fundamental como "o corpo, a maternidade, as situações familiares, os sentimentos com relação aos/às companheiros/as, os ressentimentos".

Os relatos das mulheres sobre a militância nos grupos políticos e a resistência à ditadura militar conferem concepções sobre o período com indícios que materializam normas culturais e morais. Como exemplo, citamos métodos de tortura física com ataques ao corpo feminino com violência sexual, tortura psicológica e uso de conceitos cunhados em uma lógica cultural patriarcal. Ainda que tudo isso tenha implicações nas vidas das mulheres, é fundamental registrar que não foi impedimento para a entrada e a continuidade da oposição à ditadura. Verificamos, nesse período, o aumento de mulheres em espaços que sempre foram predominantemente masculinos, fato que, segundo Alejandra Oberti (2010, p. 28), não se resume à possibilidade de reescrever a história incluindo as mulheres nos lugares que lhes foram negados, "[...] pelo contrário, propõem uma memória que valoriza questões que podem parecer inconsequentes, que não estão, nem estarão, inscritas nos grandes acontecimentos da história."

Essa perspectiva é assinalada no depoimento de L.N.A (2017), que ressaltou:

[...] depois do golpe tinha, é claro, **já uma participação de mulheres** na rede de esquerda no país, mas aí elas se organizaram mais e foram para cima e **se organizaram em resistência** mesmo. **Pegaram em armas**. Escreveram, foram pra luta. As mulheres **foram pra luta**. [...] . E aí, depois, teve a participação das mulheres e **muita resistência** e muitas prisões e torturas e mortes de mulheres na resistência (Grifos nossos).

De acordo com Lisiane Alonço de Medeiros, Rosana Moretto Lemanski e Valquíria Trezciac Medeiros (s.d., p. 05), o papel de protagonismo da mulher nessa luta não se deu apenas pelo fato de o contingente feminino ser em número inferior ao masculino, pois nos ideais revolucionários, a máxima transcendia a condição de gênero, visto que a luta foi mais complexa do que se imagina, pois "[...] os inimigos eram muitos e estavam por toda parte: os militares, os militantes homens, as mulheres não militantes, a família. Todos tinham um motivo de desconforto em relação às atividades femininas, ou por razões políticas, ou por motivos morais". Tal constatação nos permite compreender o processo de militância e de resistência praticado no período, como podemos conferir no depoimento de L.N.A. (2017):

[...] E naquela época a gente não tinha, não podia usar nada, **não podíamos andar com um livro debaixo do braço**. Se você fosse pega num baculejo (risos), você tinha que explicar por que aquele livro estava com você. Porque ele fazia parte... todos os livros de Jorge Amado eram proibidos (risos), pois ele era comunista. Então, pra você ver, era **difícil demais para resistir, trabalhar na resistência**, mas mesmo assim a gente fez. Na medida do possível, **trabalhando na resistência** (Grifos nossos).

Na clandestinidade, no exílio ou no confinamento dos presídios, o conceito de "resistência" recebia conotações diferenciadas, pois para além das coragens femininas já apontadas, a resistência poderia ser reconhecida como ajuda mútua, contatos e atividades de conscientização. Sobre isso, Maria Claudia B. Ribeiro (2014) esclareceu que essa prática não focava em organizações formais, tampouco em protestos abertos. Ela se desenvolvia de forma diferente da luta frontal, manifesta e armada. Nesse sentido, essa autora ainda reiterou que foi nos espaços:

[...] de luta que a **invisibilidade**, prerrogativa histórica da **figura feminina**, engendrou. São essas forças que ao não poder escapar da perseguição implacável dos militares, em um contexto de profunda **vulnerabilidade, assimetria e terror, resistiram** através de formas, movimentos, gestos e atos sutis (Ribeiro, 2014, p. 43, grifos nossos).

Narrar e problematizar as narrativas de mulheres que sobreviveram à ditadura militar é fundamental para conhecer a respeito de movimentos que contrariam a submissão feminina nas diferentes reações de resistências. Imprescindível também o é o ato de denunciar os abusos e violações praticados nesse período. No cárcere, a resistência à tortura adquiria outras formas, como narrou W.N.L. (2017):

Mas, por incrível que pareça, você **arruma jeitos de resistir**, então eu lembro, por exemplo, que eu vi assim que eu não tava mais, estava **chegando no meu limite**, eu **não tava mais aguentando**, eu pensei assim eu **vou morrer**, aí você não morre, e eles também **não querem te apagar** logo, eles querem usufruir de todo o seu conhecimento. Então eu gritei assim eu vou falar, eu vou falar. Pelo

menos eles **param de me bater**, porque eu não estava aguentando (Grifos nossos).

Arrumar jeito de resistir, foi esse o lema, ainda que estivessem no limite da dor, do desespero. Com essa força, as mulheres militantes elaboraram e ampliaram o conceito de resistência por meio de significados políticos. Nessa luta, notamos reações que não são ilustrativas, são reais, têm ação e reflexão. Assim, quando nos referimos à resistência, estamos mencionando o conhecimento sobre um movimento contrário ao oficial, em que a contestação faz referência a uma memória construída, produtora de um discurso sobre o ato de resistir ao que estava dado ou empregado. A sobrevivência física de quem relata as memórias faz persistir as memórias que enfrentam o esquecimento e o silenciamento.

Nas memórias sobre a participação das mulheres nos grupos contestatórios⁵ à ditadura militar, tem-se a relação entre corpo e identidade. Acerca dessa questão, segundo Alejandra Oberti (2010), as mulheres buscavam a separação tácita da identidade da militante encarnada em corpos de gênero feminino, criando uma somatória que implicou novos modos de atuar nos espaços. Nessa perspectiva, “[...] é possível afirmar que a militância das mulheres alterou as formas da política, bem como as da vida cotidiana, da família e dos afetos, que se encontravam tensas sob a violência da história e a marcha redobrada dos desejos revolucionários” (Oberti, 2010, p. 132, tradução nossa).

Esses movimentos expõem a complexidade de atuar em esfera pública no enfrentamento a grupos masculinos que usavam do poder militar para intimidar, ferir, ameaçar, torturar, confinar, exilar entre outras ações. As mudanças nas vidas das mulheres estavam postas, opções foram feitas e as consequências foram sofridas. Sob distintos aspectos, elas contaram com outras pessoas, pois a militância precisava de cúmplices, de aliadas, de parcerias para manter em curso o processo revolucionário.

Pequenos gestos, importantes ações: trocas afetivas

Não podemos ignorar a presença do medo na militância, seja ela clandestina, nos porões da tortura, nos presídios, no exílio e outros espaços. No entanto, é manifesto os lugares de afetos e acolhimentos em ações que parecem parcas, mas de inestimável importância. Athaysi Colaço Gomes (2021, p.07) recolheu depoimentos de mulheres que relataram suas chegadas tensas aos presídios e eram recebidas com afetos, sorrisos, abraços ao som de vozes cantando o hino da Internacional Socialista. Segundo ela, esses “[...] pequenos gestos de afeto se transformam em importantes ações de solidariedade entre mulheres que, mesmo fragilizadas pelas torturas, encontram forças na troca afetiva”. Fora dos presídios, persistia a tensão constante da possível delação dos pares em caso de prisões seguidas de torturas que poderiam significar a fragilização. Sobre isso, W.N.L. (2017) relatou:

[...] você era muito **ligada aos companheiros** que você não sabia a história deles, mas você **estava no mesmo barco**, tinha identidades e tal, foi um período muito marcante da minha vida, **muito marcante**, muito [...] A gente **se conhecia só pelos nomes de guerra**, todos **codinomes**, ninguém sabia quem era quem. [...] Mas

a gente não sabia quem era quem, apesar de ter uma vida, uma coisa muito interessante, apesar da gente ter uma vida muito ligada, porque **a sobrevivência estava ali muito presente**, você de certa forma **dependia do outro** que você se encontrava, porque você sabia que se o outro **não resistisse a uma tortura você dançava**, mas ao mesmo tempo você **não sabia nada da pessoa**, porque você não sabia quem era, você **tinha hipótese pelo sotaque** de onde tinha vindo, mas você não sabia (Grifos nossos).

Importante observar os códigos da militância no período, o relato narra os paradoxos de conhecer a pessoa com quem se conviveu com o desconhecimento de sua história. Assim, quando detidas, não havia informações precisas, a sobrevivência, nesses casos, era o presente, não o passado. Segurar as informações que tinham como forma de proteção, configura outro tipo de solidariedade, que não sobrevinha da militância, mas de pessoas que, muitas vezes, estavam distantes de qualquer luta pela democracia, como podemos observar no relato dado por W.N.L. (2017):

[...] E é tão interessante que eu tive na minha experiência, **eu tive ajuda de gente que não tinha compromisso político**, assim **por solidariedade**. Eu tive muito esse tipo de ajuda de gente que era amiga, **que arrecadou dinheiro** e levou para mim, **muito solidária** que conseguia, que não era de uma militância e ao mesmo tempo **não era da ditadura**. Ele **corria um risco** em se comprometer, mas não no sentido de uma militância de um movimento de esquerda. Eu tive **muita ajuda desse tipo**, de gente que **não era ligada ao movimento**, mas que **era simpática à esquerda** e corria o risco de ajudar, que arrumava um emprego. **Muita solidariedade**, por outras razões e não por comprometimento político (Grifos nossos).

Para Ludmila da Silva Catela (2001), a marca da experiência de companheirismo, das relações de ajuda, ainda que não fosse algo tranquilo, é fundamental para compreendermos como as memórias necessitam de autorização social para serem ditas na aproximação das experiências. São memórias compartilhadas que se aproximam de experiências de dor e de sensações positivas, prazerosas, de renúncias. Assim, por solidariedade, ao doar dinheiro, arriscou a vida em um momento na qual todas as pessoas eram suspeitas e poderiam, ainda que não tivessem contato com as organizações, estar sob a mira dos militares e de dedos duros.

O apoio de pessoas que não eram da militância e, tampouco da ditadura, foi analisada por Ludmila da S. Catela (2001). Segundo a autora, nessa relação, "[...] o corpo passa a se constituir como nexos comuns entre os que sofrem e os que ajudam" (Catela, 2011, p. 155). De acordo com a mesma autora, o corpo individual selava compromisso com o sentimento humano que demandava solidariedade, relações construídas com base na concepção de preservação da vida, e da vida de outras na fragilidade, se comparada à grandeza da força empregada por representantes da repressão. O relato seguinte, ainda de W. L. N. (2017), elucida a relação de solidariedade, seja de ajuda financeira, seja de confiança, como mecanismo de proteção do outro:

[...] o pessoal em Belo Horizonte se juntou, por isso eu falo com você que a **solidariedade e a posição**, mesmo que as pessoas não fossem comprometidas com a luta eram pessoas muito solidárias, **o pessoal se juntou**, coletou dinheiro, pegou roupa, e combinou com ela dela ir passar o carnaval em um cidadezinha do Rio de Janeiro, beira mar, esqueci agora, e quando ela voltasse ela traria para mim tudo isso, **af ela trouxe pra mim as roupas, o dinheiro e um contato** em São Paulo. Aí eu fui para São Paulo, cheguei lá com esse contato, que eu não tinha ideia de quem fosse e nem de que organização era, então encontrei com essa pessoa e essa pessoa **me levou para a casa dela** e me falou eu não sou da ALN, mas eu tenho contato com a ALN, então vou achar para você um contato com a ALN. Aí eu fiquei lá acho que uma semana uns dez dias nessa casa até ela conseguir esse contato. Aí eu fui, encontrei com a pessoa da ALN, aí ele falou assim **eu acho que eu sei quem você tá procurando tá vivo**, ah...**foi bom demais** (emoção) (Grifos nossos).

Arranjar lugar para ficar, hospedar, providenciar roupas, dinheiro, ter contatos para saber sobre alguém desaparecido, ou na clandestinidade, nessa rede de solidariedade, outra relação era possível: a dos arranjos dentro dos grupos para preservar integrantes, como o uso de codinomes, proibição de relações afetivas e, maiormente, não ter acesso à história pessoal da companheirada. A clandestinidade exigia mudanças não só de identidade como também de espaço físico, ao se juntar a uma organização de esquerda, assumia-se uma nova identidade e, com ela, outra concepção do individual para preservar pares, grupos, organizações, famílias etc. Se construía uma rede com os fios possíveis, como L.N.A. (2017) registrou: “A gente se protegia. Nós nos chamávamos de irmãos porque a gente precisava muito desse apoio [...]”. Ao problematizar a relação entre o sofrimento e a solidariedade, Ludmila da S. Catela (2001, p. 150) assinalou que a mesma:

[...] é especificada pela natureza dos **laços preexistentes** que ligam o **que sofre** com o que **toma conhecimento desse sofrimento**. Esses **laços** permitem ordenar as **obrigações de assistência**, e consolo, a partir de classificações de pertencimento ou não do grupo (Grifos nossos).

Ainda que fossem fundamentais as construções de redes de apoio, Maria Cláudia B. Ribeiro (2014, p. 43) ressaltou que essas atitudes pareciam não fazer oposição à repressão, pois aconteceram de maneira clandestina e, aparentemente, não interromperam o transcurso normal da vida. No entanto, essas ações:

Representaram, no entanto, gestos que **significaram a diferença** entre a **vida e a morte**. Estas resistências também **não foram homogêneas** e basearam-se em distintos conhecimentos de seus autores sobre as dinâmicas locais [...] como também pela conduta assumida pelas forças da repressão em determinados espaços do cotidiano (Ribeiro, 2014, p. 43, grifos nossos).

Gestos que fizeram a diferença, partilhas solidárias efetivadas em contexto histórico que, para Ludmila da Silva Gomes (2021, p. 04), caracteriza a ditadura "[...] como um período de aglutinação e de catalisação de emoções diversas e intensas.", pois além da violência traduzida em contornos que atingiam o limite da vida humana, imperava emoções de bem-estar social.

Não havia disfarce nessa prática, havia um caminho de encontros, de assistência, de acolhimento, de ações que, em meio ao rompimento do cotidiano, propagavam-se em lugares de ajuda. Nos relatos das entrevistadas, há vestígios determinantes, os quais nos permitem afirmar que a relação de ajuda mútua entre os militantes foi possível e necessária para garantir sobrevivências individuais e de familiares em múltiplos espaços, como o da companhia de um preso político, expressado por L.N.A. (2017):

Esse grupo que eu **organizei foi por sobrevivência** porque a maior parte eram operários. A maior parte que foi presa aqui no CEPALGO era de operários de Anápolis, da construção civil, alfaiates, pedreiros e as mulheres nem trabalhavam, a maior parte delas. E tirou delas o ganha-pão. Tinha uma que tinha onze filhos e só o marido que trabalhava. Aí eu fiz o **levantamento de todos** e eu não tenho isso porque **a gente tinha que esconder** porque se fosse pego com isso, **aí ia ser presa também**. Eu também ia ser presa. Aí eu fiz esse levantamento e nós saímos e fomos em um grupo para o Dom Fernando, **pra Igreja Católica, pra pedir apoio** e ele atendeu nosso apelo e ao mesmo tempo em que a gente pedia apoio concreto mesmo porque essas famílias precisavam de cesta básica, **precisavam de apoio** (Grifos nossos).

Pedir apoio à igreja, nesse momento, é um exemplo do que Pilar Calveiro (2014) salientou sobre as buscas de várias formas de ajuda mantidas entre militantes, ainda que temessem a prisão. O movimento era agilizado, sobretudo, entre as mulheres na prisão, pois o corpo feminino necessitava de cuidados nas particularidades biológicas, como o parto, o puerpério, o ciclo menstrual e outras necessidades. Após o processo de tortura, quando os corpos femininos sofriam a invasão da dor provocadas por torturadores, o cuidado era intensificado, aplicado na solidão do interior dos confinamentos abusivos.

Ainda sobre a ajuda de pessoas que pareciam distantes da luta, W.L.N. (2017) relatou que, após a prisão de um grupo de militantes da ALN, teve medo de que companheiros sequestrados, ante a tortura implacável, delatassem outras pessoas da organização. Diante do desespero, decidiu buscar a clandestinidade:

[...] Eu falei, Deus, e agora **o que eu faço da vida**, não posso voltar para minha casa que era a casa nossa, não posso ir para a casa dos meus pais, provavelmente eles iriam lá, não posso procurar a família dele porque a polícia vai lá. **O que que eu faço?** Então aquelas coisas. Então eu trabalhava na Febem, e a minha chefe na Febem **estava acima de qualquer suspeita**, ela tinha um alto cargo fui na casa dela, então toquei a campainha da casa dela e eu falei **preciso**

da sua ajuda por isso, por isso, aí ela ficou assim, lívida, mas ela foi **super solidária**, ela não era uma pessoa reacionária, não era uma pessoa alienada, ela falou: eu **não tenho o que fazer mas eu vou arrumar uma pessoa para te ajudar** (Grifos nossos).

Diante da falta de perspectiva de se livrar do que poderia ser a condenação da vida, a pergunta “o que eu faço?”, provavelmente, estava presente em vários corpos femininos nesse período. Buscar ajuda de alguém que se solidarizasse era sempre arriscado, mas não havia alternativa. Era preciso se expor, e expor pessoas conhecidas, às vezes, sem relações próximas. Maria Claudia B. Ribeiro (2014, p. 48) registrou sobre as ameaças constituídas para “[...] quem se solidarizasse com a dor alheia, com os danos morais causados a amigos, vizinhos, conhecidos, parentes também se tornava alvo da ditadura, e de sua maneira de desacreditar os chamados “inimigos do regime” com intimidação, detenção, castigo público ou morte”.

Outro lugar de resistência e de coragem feminina coletiva se dava nas circulações de denúncias por parte de quem estava fora dos presídios, em especial, na coragem de mulheres que expunham publicamente a situação irregular de seus companheiros, pais, irmãos, amigos etc. A jornalista L.N.A. (2017), afirmou a importância de divulgar a real situação de presos políticos em Goiás. Isso exigia convencer o coletivo de propagar uma realidade a todo custo camuflada, não visibilizada, não permitida pela ditadura. Portanto, criar estratégias era vital para burlar a censura e denunciar em espaços públicos:

A gente queria ter também um canal para gritar: **“Ô, aqui tem preso político, aqui em Goiás”**. Então nós fomos na OAB e pedimos ajuda da OAB. Nós fomos para a **Assembleia Legislativa e Câmara Municipal** visitando o **gabinete de cada vereador**. A grande totalidade, quase a grande maioria, era de apoio ao sistema e nós íamos lá pedindo e, na maior cara de pau, dizíamos assim: **“Nós somos mulheres de presos políticos de Goiás. Estamos vendendo uma rifa de uma televisão colorida**. Nunca tivemos a televisão (risos)”. E eles **ficavam bestas** d’a gente ter coragem de chegar **nos expondo** daquele jeito e compravam d’a gente pra se ver livre d’a gente. Se ver livre e diziam: “Não precisa botar meu nome, não. Pode colocar no nome do seu filho. **Pode botar seu nome, tá? Não precisa não**”. [...] a maior parte deles, **não botavam nome não**. Acho que foram todos. Acho que ninguém pôs o nome. Todo mundo deixava para botar o nome nosso, do que a gente quisesse. Mas a gente queria era ir lá e dizer: **“Aqui tem preso político e nós somos as mulheres de presos políticos”** (Grifos nossos).

A estratégia criativa e bem-humorada, propagada pela militante, incluía uma rifa de uma TV em cores que nunca existiu, mas foi usada como álibi para se falar de algo censurado. O mais importante não era a rifa, mas sim denunciar que em Goiás havia presos políticos. Mais uma vez, a mulher sai do mundo privado em busca de justiça, se colocando nos fronts de oposição. Nesse aspecto, não há naturalização do poder exercido pelos militares, não há silenciamento, o medo foi deslegitimado, rompendo

imposições autoritárias. Não foi apenas a venda de uma rifa, mas sim a divulgação dos atos de desmandos ditatoriais contra presos políticos. Assim, por solidariedade, por amor, por justiça, por afeição, por desespero, por dor, por medo... por tudo que era possível fazer a uma outra pessoa em tempos de cólera, na expressão mais significativa dessa palavra.

Algumas considerações finais

Aprender com as mulheres, pessoas das mais altas bravuras, olhá-las em seus ocorridos distantes do mundo doméstico, vê-las com vistas estendidas ao passado, vestidas de confrontação a homens que golpearam um país, feriram seu povo e moeram sua democracia, parece pouco. Todavia, esses elementos nos atentam, e impõem, ao fato de que a luta contra a ditadura não foi domínio exclusivo do masculino. Mulheres, jovens, meninas, integraram grupos diversos que energizaram a luta pela democracia. Reconhecer nos relatos, as experiências, as resistências e as práticas de enfrentamentos com direito a ajuntamentos solidários dessas mulheres nos inspira, nos fortalece e nos dá a certeza de que lugar de mulher é onde ela quiser.

Em tempos em que a ignorância clama a volta da ditadura, elas, com suas memórias resistentes, cutucam-nos e não nos deixam esquecer o que foi esse turvo tempo. Elas combatem o esquecimento e trazem feridas em suas memórias abertas, memórias bem guardadas, acordadas em momentos precisos, cirúrgicos, que gritam a realidade vivida em situações de medos, de angústias, de procuras, de exaustão... Suas histórias e memórias cuidam da democracia, ainda que frágil, gritam "ditadura nunca mais!" e reafirmam: isso aconteceu comigo, não é loucura coletiva, não é invento, é real.

Em suas vozes, vezes incansáveis, há tempos de trégua das prolongadas dores, são afagos vindos de peles, de humanidade, pois não há como ignorar que, no meio das pedras pontiagudas, havia cuidados para acender a solidariedade. O recebimento de apoio, de ajuda, de amparo acontecia no espaço público, no privado, no institucional, no religioso, e até de quem não se esperava. Assim como não se pode esquecer as violências, é preciso reconhecer as solidariedades vividas sob significações intensas, vindas na hora certa, vezes sem tempo de agradecimentos.

As trajetórias das jovens militantes do sudeste e do centro-oeste contaram com partilhas solidárias, uma palavra composta por tantos sentidos. Uma composição de duas palavras iluminando um tempo fechado para o amor. Pode parecer clichê insistir que ações amorosas alteraram a vida política de muitas mulheres, diante da interrogativa "... o que eu faço agora?", dos fossos que se abriam engolindo esperanças, os mais diversos atos de amor cintilaram outras espécies de amor, convertidos em resistências para seguir na luta pela volta da esperança, como dizia a Graúna do Henfil.

Não há como minimizar os significados perversos da ditadura militar na vida dessas e de tantas outras mulheres e homens. Assim como não é possível desconhecer o ódio investido, e reservado, para elas. O ódio da misoginia que mordida a dignidade, construía o desespero, o medo e feria deixando marcas. Os sentimentos de bem-estar delatados nas vozes consentem emoções intensas, grandes e importantes no tempo de violações de direitos humanos. Ficamos com receio de tornar mínimo esse período, à

custa dos compartilhamentos solidários, do tipo: teve morte, mas também teve assopros suaves. Não se trata disso, os mecanismos de defesa, sobretudo, de proteções e cuidados, que em outra situação não exigiam reflexões e ações, foram criados porque havia urgência e, para isso, era preciso, novamente, se expor, juntar coragem, criar habilidades, estratégias, usar de aparentes submissões para salvar vidas. Ter posturas de enfrentamentos ao Estado ditatorial custou caro, custou ausências, silêncios e muitas dores.

As sororidades, em um tempo em que essa palavra não existia, não se construíram sobre o discurso cristão do amor ao próximo, havia negociações, ousadias e muita coragem. As balizas que separavam a vida privada da vida pública eram desgastadas, frágeis e poderiam arrebentar ao menor ruído ouvido pelos verdugos de plantão. A solidariedade era entendida como cumplicidade, pois quem ajudava, se descoberta a ação, estava estigmatizada por servir contra o sistema, total desaprovação e inteira perseguição.

Ainda assim, teve resistência. O medo não paralisou o cuidado, como bem expressaram os depoimentos. Os planos não tinham pausas para pensar nas consequências: lugares para abrigar, correspondências em códigos, dinheiro para as despesas, locomoção, transportes, ajudas em fugas, esconderijos seguros, documentos falsos, despistar inimigos, remédios, assistência médica, passar fronteiras, recados, bilhetes, codinomes, roupas, disfarces, guardar armas, vigílias que dificultavam ações da ditadura. Denúncias de violações e a solidez de que a condição de militante repartia um mesmo projeto político. Concluímos, tendo ainda muito a debater, que as mulheres garantiram a continuidade da luta. Fortaleceram a batalha feminista. Enfrentaram as violências de gênero. Criaram estratégias de cuidados. Desobedeceram a padrões universais impostos. Silenciaram dados de companheiros/as. Viveram coletivamente a despeito das diferenças. Entenderam que o sofrimento não é individual. Fizeram rupturas. Mantiveram a esperança real, não romântica. Atacaram a ordem política e social. Desestabilizaram a ditadura.

Artigo recebido em: 13/04/2024

Aprovado para publicação em: 24/07/2024

"LIKE THIS, OUT OF SOLIDARITY": WOMEN'S MEMORIES OF THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

ABSTRACT: This article presents a debate that looks at the period of the military dictatorship from a perspective that prioritises the participation and implementation of women's militant practices during this period. We have chosen to present the memories in the voices of two women activists who live in Goiás and have authorised us to raise them as protagonists, problematising the spaces of solidarity present in the midst of the violence imposed by the torturers of the military dictatorship. In the distance of time that separates the lived and the narrated, we prioritised the memories of resistance in the form of sensitivities, solidarity, help and support in lived experiences of a dark time, paths that, as the theme points out, were built "like this... out of solidarity." When we revisit these memories in the present, even though there are forgettings and silences in

officialised history, they were the protagonists of resistance and solidarity networks built to guarantee lives and the continuity of the struggle.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Memories; Militant Women; Resistance; Solidarity.

"ASÍ, POR SOLIDARIDAD": MEMORIAS DE MUJERES SOBRE LA DICTADURA MILITAR (1964-1985)

RESUMEN: Este artículo presenta un debate que aborda el período de la dictadura militar desde una perspectiva que prioriza la participación y la realización de las prácticas militantes de las mujeres durante este período. Hemos optado por presentar las memorias en las voces de dos mujeres militantes que viven en Goiás y nos han autorizado a plantearlas como protagonistas, problematizando los espacios de solidaridad presentes en medio de la violencia impuesta por los torturadores de la dictadura militar. En la distancia del tiempo que separa lo vivido y lo narrado, priorizamos las memorias de resistencia en forma de sensibilidades, solidaridad, ayuda y apoyo en experiencias vividas de una época oscura, caminos que, como señala el tema, se construyeron "así... por solidaridad". Cuando revisamos estas memorias en el presente, aunque haya olvidos y silencios en la historia oficializada, ellos fueron los protagonistas de las redes de resistencia y solidaridad construidas para garantizar vidas y la continuidad de la lucha.

PALABRAS CLAVE: Dictadura Militar; Memorias; Mujeres Militantes; Resistencia; Solidaridad.

NOTAS

1 - Este artigo tem como referência uma tese que foi retomada, recortada e, afastado o tempo da defesa, tomamos uma parte para problematizar um tema que nos parece necessário divulgar em formato de texto. Trata-se da Tese intitulada **Memória aberta: universidade e resistência feminina na ditadura militar em Goiás, defendida em março de 2019**.

2 - L. N. A. tem setenta e cinco anos, é jornalista, integra o Sindicato dos Jornalistas de Goiás (SJJG), é licoreira, escritora e integrante de movimentos de Direitos Humanos; W. N. L. tem setenta e nove anos, frequenta academia todos os dias e se faz presente em atos pelos Direitos Humanos. É professora aposentada da Faculdade de Educação da UFG. As duas vivem em Goiânia, capital do estado de Goiás, são mães, avós, companheiras e, contribuem, enormemente, para o não esquecimento deste período da qual viveram sob a repressão do Estado brasileiro.

3 - Optamos, nesta escrita, escrever os nomes completos das pesquisadoras citadas. Trata-se de uma questão de reconhecê-las como mulheres, algo que a citação única do sobrenome, não permite o prestígio necessário

4 - O planejamento e a realização desta audaciosa atividade se deu em parceria com militantes do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), organização política marxista, com viés da luta armada, criada em 1964, na cidade de Niterói, em ambiente universitário. Na ocasião, o embaixador foi trocado por quinze presos políticos, que foram enviados para o México, além da garantia do direito à publicação de um manifesto na imprensa em rede nacional.

5 - Trata-se de diferentes movimentos de protestos que confrontam sistemas injustos na busca de mudanças sociais e políticas na construção de uma sociedade mais humana, justa. A oposição e

VALDEZ, D.; VICENTE, K. B.

enfrentamento das mulheres militantes à ditadura militar, assim como outros fluxos dessa natureza, constituíram alguns dos movimentos contestatórios.

ENTREVISTAS

W. N. L. Entrevista 3. [dez. 2017] Entrevistadora: K.B.V. Goiânia, 2017. Arquivo MP3.

L. N. A. Entrevista 4 [nov. 2017] Entrevistadora: K.B.V. Goiânia, 2017. Arquivo MP3.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laurenice Noletto. **Flores no quintal**: memórias de sonhos e de lutas. Goiânia: Kelps, 2013.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición**: los campos de concentración em Argentina. Buenos Aires: Colihue, 2014.

CATELA, Ludmila da Silva. **Situação limite e memória**: reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

GOMES, Athaysi Colaço. Redes de solidariedade e de afetos entre mulheres na ditadura militar brasileira: o afeto como resistência política. In: Seminário Internacional *Fazendo Gênero* 12. **Anais (...)** Florianópolis, 2021, p. 01-10.

JELIN, Elizabeth. Subjetividad y esfera pública: el género y los sentidos de familia en las memorias de la represión. **Política y Sociedad**, Buenos Aires, v. 48, n. 3, 2011.

LIRA, Suzanna. Entrevista para o **Jornal Brasil Atual** de Susanna Lira para Jornalista Marilu Cabanãs. Setembro de 2019.

MEDEIROS, Lisiane Alonço de; LEMANSKI, Rosana Moretto e MEDEIROS, Valquíria Trezciac. **Mulher: militância, ditadura e repressão**. Ministério Público da Bahia – Biblioteca de Direitos Humanos. [s.d.].

OBERTI, Alejandra. Que hace el género a la memoria? *In*: PEDRO, Joana; WOLF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. *In*: ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História oral e história das mulheres**: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RIBEIRO, Maria Claudia Badan. Mulheres e revolução: as Militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). **Revista Historiæ**; v. 5 n. 2, p. 249-272, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe; PEDRO, Joana Maria; SILVA, Janine Gomes da. Memórias "gendradas" nas narrativas de mulheres do Cone Sul. *In*: SOUTO MAIOR, Paulo; LEITE, Juçara Luzia. **Flexões de gênero**: história, sensibilidades e narrativas. Jundiá-SP: Paco, 2017, p. 55-76.

VICENTE, Keides Batista. **Memória aberta**: universidade e resistência feminina na ditadura militar em Goiás. 2019. 172 fls. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, 2019.

DIANE VALDEZ: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6721-3789>
E-mail: divaldez@ufg.br

KEIDES BATISTA VICENTE: Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Professora da Universidade Estadual de Goiás – Campus Inhumas/GO
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4053-6136>.
E-mail: keides.vicente@ueg.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).